

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos quatro dias do mês de dezembro de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:05 horas, a secretária geral do Conselho, Simone Dutra Lucas, inicia os trabalhos fazendo a leitura da seguinte pauta: 1 - Votação da proposta de ata da reunião realizada no dia 30/10/97; 2 - Informes locais, estaduais e nacionais; 3 - Norma Operacional Básica, incluindo propostas do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, referentes à organização do Sistema quanto a programação e financiamento; 4 - Ato público programado para o dia 05/12; 5 - Outros. Em seguida, convoca os demais membros da mesa diretora a ocuparem seus lugares na mesa de condução dos trabalhos e passa aos informes. Lê convite do Conselho Distrital de Saúde Pampulha, para reunião extraordinária daquele Conselho a se realizar neste dia 04/12, às 19:00 horas, onde será discutida a transferência provisória do Centro de Saúde Santa Terezinha e laboratório do Centro de Saúde São Francisco. Lê documento encaminhado pelo diretor administrativo da SMSA, Dr. Helvécio de Magalhães Júnior, em resposta à consulta do Conselho Municipal de Saúde, sobre a previsão de abertura das unidades 24 horas da Pampulha, Nordeste e Leste. Informa que a SMSA indicou para representá-la na Comissão criada para avaliar o acolhimento os técnicos, Leila Maria Ferreira, Afonso Teixeira dos Reis, Eliana Miranada S. Moreira e Maria Anísia Gomes. Acrescenta que essa Comissão já se reuniu e foi feita a sugestão de que seja incorporado aos representantes da Secretaria um técnico do setor de recursos humanos. Apresenta ao plenário os dois estagiários que passarão a atuar junto à Câmara Técnica de Comunicação do Conselho Municipal de Saúde, Cleni Araújo e Joelma Nogueira, que atuarão sob orientação do professor Valdir de Castro, apresentado aos conselheiros anteriormente. Informa sobre monografia feita por três estagiários do curso de jornalismo da UFMG sobre a saúde em Belo Horizonte, cuja publicação está sendo proposta à Secretaria. Já existindo quórum para votação, Simone, coloca em discussão a proposta de ata da reunião realizada no dia 30/10/97. A conselheira Maria Josefina, apresenta proposta de retificação à linha 39, sobre a questão do frigorífico Modelo. Simone, suspende a discussão até que a conselheira apresente por escrito a retificação proposta. Na seqüência dos informes o conselheiro Antônio Gomes, passa informe sobre os participantes de seminário ocorrido no HOB e protesta contra tratamento dado a um conselheiro que viajou à Brasília. O conselheiro distrital de Venda Nova, Evaristo Garcia, informa de Conferência sobre Terra, Trabalho e Cidadania que se realizará no Sindicato dos Metalúrgicos em Contagem, onde pretende discutir o uso de recursos que, segundo diz, são dos trabalhadores. Diz ter sido chamado pelo Distrito Sanitário de Venda Nova a prestar informações sobre as denúncias por ele apresentadas de irregularidades na compra de imóvel para o Centro de Saúde Minas Caixa, naquela

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

42 região, as quais reafirma. Acrescenta que estão sendo investigadas também
43 irregularidades sobre o Centro de Saúde Jardim dos Comerciantes. O conselheiro
44 Eduardo, informa sobre ato público a ser realizado no dia 12/12, aniversário de Belo
45 Horizonte e que é promovido por um Fórum de Entidades, no qual o setor saúde terá
46 participação específica. Propõe que o Conselho se agregue à promoção e escolha um
47 representante para participar da Comissão Organizadora do ato. O conselheiro Alcides,
48 refere-se à denúncia feita pelo conselheiro Antônio Gomes, informando ter sido ele, o
49 conselheiro que esteve em Brasília no dia 02/12, onde enfrentou dificuldades sem
50 dinheiro para alimentação e transporte. Passa também informe sobre o trabalho que o
51 Conselho Distrital Leste, juntamente com outras diversas instituições estará realizando,
52 de limpeza do córrego da Av. Santa Terezinha, no Alto Vera Cruz, no sábado 06/12. O
53 conselheiro Jader, fala do recebimento pela mesa diretora de uma moção de repúdio
54 com abaixo-assinado da comunidade do Barreiro repudiando a instalação pela empresa
55 Mannesman de uma usina de sintetização. Informa também que o dia 1º de dezembro foi
56 o dia mundial de combate a AIDS e registra sua preocupação com o aumento da
57 incidência da AIDS no mundo, principalmente entre as mulheres e populações de baixa
58 renda. Ao mesmo tempo registra uma saudação a todas as entidades e pessoas
59 envolvidas na luta contra a doença e propõe que a Comissão Municipal de AIDS seja
60 convidada a expor o trabalho que está desenvolvendo, em uma próxima reunião do
61 Conselho. Propõe também que o Conselho promova amplo debate em plenário sobre a
62 questão do Cardiominas, que o governo do estado pretende doar à Santa Casa. O
63 conselheiro e secretário-adjunto, Fausto Santos, fala das denúncias feitas pelo senhor
64 Evaristo Garcia e propõe que a mesa diretora acompanhe as investigações que estão
65 sendo feitas na apuração das denúncias. Sobre a viagem a Brasília, fala que o Conselho
66 apresentou à Secretaria uma lista com seis nomes para irem para Brasília, dos quais dois
67 eram servidores municipais e sua orientação foi no sentido de que estes dois
68 conselheiros recolhessem as notas das despesas efetuadas com todos os que viajassem
69 para que pudessem ser ressarcidos os valores gastos com alimentação e transporte em
70 Brasília. Informa que houve uma primeira votação da lei do Conselho na Câmara de
71 Vereadores e só na segunda votação serão apreciadas as emendas apresentadas ao
72 projeto. Informa ainda, que o projeto do executivo de prorrogação dos contratos
73 administrativos também irá para a segunda votação e apreciação das emendas
74 apresentadas. Acrescenta que há uma emenda do vereador Totó Teixeira, que impede a
75 prorrogação dos contratos por mais de uma vez. Na sequência, passa-se dentro dos
76 informes, a apresentação do Conselho Distrital Oeste. Inicialmente o presidente do
77 Conselho Distrital, José Zannetti, fala que aquele Conselho tem aproximadamente três
78 anos, período em que, segundo diz, ocorreram algumas conquistas importantes.
79 Considera que o Conselho Distrital Oeste tem uma boa convivência com o Distrito e
80 relata que vêm lutando pela implantação do CERSAM (Centro de Referência em Saúde
81 Mental), CERSAT (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) e do Centro de
82 Convivência da região. Diz que existem na região Oeste 15 (quinze) unidades básicas,
83 todas com sua Comissão de Saúde em funcionamento, sendo que apenas uma está ainda

84 por tomar posse, embora já esteja trabalhando. Na região existem ainda 05 (cinco)
85 unidades de atendimento secundário que são o PAM Campos Sales, a farmácia e o
86 laboratório distrital, a Central de esterilização e a unidade de urgência. Fala dos
87 problemas surgidos com a transferência da unidade de urgência que antes funcionava na
88 policlínica Amilcar Martins dos quais, segundo diz, ainda restam resquícios que
89 esperam solucionar. Coloca que na Oeste, a exemplo de outras regiões, há carência de
90 recursos humanos, principalmente profissionais de nível médio. Pede esclarecimentos
91 da SMSA sobre a previsão de entrega do Centro de Saúde Salgado Filho e de conclusão
92 do Centro de Saúde Vista Alegre, cujas obras estão paralisadas. Fala sobre a unificação
93 dos Centros de Saúde Salgado Filho e Jaime Gomes que funcionarão em novo prédio e
94 diz que as Pioneiras Sociais estariam pleiteando reassumir os imóveis onde hoje
95 funcionam aquelas unidades cedidas à PBH em comodato e que deveriam ser utilizados
96 com equipamentos de saúde. Apela à Secretaria para que seja negociado com as
97 Pioneiras Sociais a manutenção do comodato. A diretora do Distrito Sanitário Oeste,
98 Valéria , complementa a exposição e esclarece que, sobre a questão das Pioneiras
99 Socais, irá se reunir com o Dr. Paulo Roberto Guimarães, dirigente daquela Instituição.
100 Fala da questão da Dengue e solicita que em uma próxima reunião do Conselho, seja
101 aberto um espaço para que o Distrito Sanitário Oeste coloque um trabalho inscrito no
102 Congresso Brasileiro de Enfermagem, com relação à doença e sobre os riscos de haver
103 nova epidemia da Dengue na cidade. Lê mensagem de natal dirigida ao Conselho
104 Municipal de Saúde. José Zanetti, fala que o regimento do Conselho Distrital diz que os
105 Conselhos atuam na formulação da política de saúde, mas, no seu entendimento, nesse
106 aspecto é necessário que haja um planejamento que vise mais a prevenção do que a cura
107 das doenças. Na seqüência, passa-se aos informes nacionais e discussão da Norma
108 Operacional Básica 01/96. O conselheiro Alcides, passa informes da plenária de
109 Conselhos realizada em Brasília, no dia 02/12. Informa que o deputado Eduardo Jorge,
110 explicou que a retirada da PEC 169 da pauta de votação da Câmara foi devido a
111 levantamento feito que indicava um número de votos insuficiente para sua aprovação.
112 Baseados nessa explicação os membros da plenária decidiram pela criação de uma
113 coordenação em cada região do país, ficando o diretor do SINDSAÚDE, Temistocles,
114 como coordenador da região Sudeste. Foi sugerido que a PEC 169 seja pautada para o
115 dia 07/04/98, Dia Mundial da Saúde, mas mesmo assim, a avaliação é de que serão
116 enormes as dificuldades para aprovação da PEC no Congresso, sendo necessária uma
117 ampla mobilização e forte pressão sobre os congressistas. Para março/98, está prevista
118 nova plenária e atos públicos em Brasília. Foi sugerido que se continue recolhendo
119 assinaturas no abaixo-assinado em defesa da PEC e proposta a realização de um
120 seminário inter-regional de conselhos. Na seqüência, o conselheiro Fausto Santos,
121 falando sobre a implantação da NOB 01/96, diz que o parecer distribuído aos
122 conselheiros, elaborado assessor do CONASEMS, Mozart de Oliveira, refere-se a uma
123 proposta apresentada pelo Ministério da Saúde no dia 18/11 à Comissão Integestores
124 Tripartite, de implantação da NOB 01/96. Fala que por ser uma questão que envolve o
125 orçamento de 98 e a conjuntura nacional e estadual, no seu entendimento, para que haja

126 melhor compreensão dos conselheiros, é necessário uma breve recapitulação dos passos
127 dados na implementação do Sistema Único de Saúde. Faz o histórico, até a NOB 01/96,
128 publicada em novembro/96, que, na sua opinião, aprofunda o processo de
129 descentralização, transferindo recursos fundo a fundo a todos os estados e municípios.
130 Explica as formas de gestão previstas na NOB 01/96: Gestão plena da atenção básica e
131 gestão plena do sistema municipal. Diz que a NOB cria o Piso Assistencial Básico
132 (PAB) pelo qual o Ministério da Saúde fará a distribuição de recursos aos municípios
133 por um valor per capita e cria também a Programação Pactuada Integrada (PPI) que visa
134 estabelecer a forma de distribuição facilitando as transferências fundo a fundo.
135 Acrescenta que a NOB cria incentivos à implantação de determinados programas,
136 especialmente o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) e o PSF
137 (Programa de Saúde da Família), o que, segundo diz, no entendimento do Ministério da
138 Saúde, seria a forma de se dar um modelo de atenção mais adequado para o Brasil como
139 um todo. Essa posição foi entendida pela X Conferência Nacional de Saúde como uma
140 forma de engessar o Sistema, iniciando um debate nacional que possibilitou a alteração
141 da NOB abrindo o incentivo para modelos considerados similares ao PSF e PACS. Diz
142 que, no entanto, o Ministério da Saúde ainda não regulamentou a questão referente aos
143 similares e todos os projetos apresentados como similares foram recusados pelo
144 Ministério, inclusive o Programa de Saúde da Família de Niterói, primeiro PSF
145 implantado no Brasil, não é reconhecido pelo Ministério da Saúde por atender um
146 número de pessoas diferente do que é preconizado pelo modelo nacional. Considera um
147 problema na NOB 01/96 o fato de ela, na sua opinião, ao mesmo tempo em que aponta
148 no sentido da descentralização, trabalha com norteamientos que significam uma camisa-
149 de-força que engessa o modelo de atenção a ser implantado. Comenta o fato de, no seu
150 entendimento, a atual equipe que comanda o Ministério da Saúde ser afinada com a área
151 econômica e ter como objetivo colocar a saúde dentro da linha política do governo que
152 implica em redução dos investimentos nas áreas sociais, o que facilitou ao governo
153 retirar outras fontes de recursos da saúde com a entrada da CPMF. Diz que essa política
154 impossibilitou que houvesse recursos adicionais para a implantação da NOB, gerando
155 um tensionamento constante desde março até o dia 18/11, com a realização de inúmeras
156 reuniões da tripartite e Conselho Nacional de Saúde, discutindo a implantação da NOB
157 sem avançar exatamente pela questão financeira, já que o Ministério queria implantar a
158 NOB com os mesmos recursos previstos para 1997, o que fez com que o CONASS e o
159 CONASEMS não aceitassem a implantação. Até que em 18 de novembro, o Ministério
160 apresentou a proposta já mencionada que, segundo diz, era igual, do ponto de vista
161 financeiro e pior pelo lado da organização do Sistema porque criava um nível
162 intermediário na alocação dos recursos repassando todos os recursos para os estados que
163 os repassariam aos municípios num sistema de cascata em que os municípios com
164 menos de 20 mil habitantes se habilitariam inicialmente ao PAB e só depois que 60%
165 destes estivessem habilitados é que se permitiria a habilitação de municípios entre 20 e
166 50 mil habitantes, assim sucessivamente. Para a gestão plena propunha um sistema
167 inverso, começando pelos municípios com mais de 500 mil habitantes. Comenta que, na

168 sua opinião, essa proposta do Ministério promovia o retorno ao SUDS (Sistema
169 Unificado e Descentralizado de Saúde), que vigorava antes do SUS. Informa que essa
170 proposta teve inicialmente a aceitação do Conselho de Secretários Estaduais de Saúde
171 (CONASS), mas, posição contrária do Conselho Nacional de Secretários Municipais
172 (CONASEMS). Finalmente em reunião realizada na última terça-feira, as duas entidades
173 tomaram a decisão conjunta de posicionamento contrário à proposta do Ministério, que
174 acatou a posição dos secretários e retirou da proposta tanto o sistema de cascata, quanto
175 a estadualização. Diz que isso não alterou a posição inicial do Ministério quanto ao
176 orçamento e a NOB será implantada com os mesmos recursos previstos desde março,
177 tanto no orçamento para assistência quanto no orçamento global da saúde dentro da
178 proposta orçamentária da União para 1998. Acrescenta que a novidade é que o
179 Ministério aceitou fazer a transferência fundo a fundo, além dos recursos da assistência
180 ambulatorial e hospitalar também de recursos da Fundação Nacional de Saúde, da
181 vigilância sanitária, medicamentos básicos e leite, sob critérios que uma comissão
182 tripartite irá discutir. Isso, segundo diz, significa que recursos antes só repassados
183 através de convênios específicos, passarão a ser repassados diretamente, o que, na sua
184 opinião, aumenta a transparência e diminui a possibilidade de fisiologismos com
185 políticos intermediando os convênios. Faz uma análise geral da conjuntura nacional e
186 coloca que existem duas avaliações quanto à retirada da PEC 169 da pauta da Câmara
187 Federal: Uma que considera correto o recuo, porque não havia possibilidade de
188 aprovação e outra que considera que ela deveria ser votada de qualquer forma. Conclui
189 informando que a Secretaria já recebeu em dois meses o repasse do Ministério com o
190 corte de R\$ 1 milhão, discutido em reuniões anteriores e o Ministério da Saúde
191 informou que no próximo repasse o corte será de R\$ 500 mil, totalizando então, R\$ 2,5
192 milhões a menos para o SUS/BH. Na seqüência, o conselheiro Jader, fala que a
193 exposição do Fausto deixou claro as dificuldades dos conselhos em exercer o Controle
194 Social, quando, segundo diz, decisões importantes são tomadas a portas fechadas pelos
195 conselhos de secretários e pelo Ministério, deixando os Conselhos de Saúde de fora. Diz
196 que isso está se repetindo no estado, já que o Conselho Estadual de Saúde deliberou que
197 não haveria cortes aos municípios que não tiveram incremento de teto e os cortes estão
198 mantidos. Informa que cobrou a publicação da resolução do CES sobre essa questão e
199 foi informado que a mesma fora publicada no sábado 29/11. Fala da chamada “Lei
200 Robin Hood” do governo do estado que, segundo diz, está sendo proposta para a saúde
201 pelo Secretário Estadual José Rafael Guerra, o que diz representar para Belo Horizonte
202 uma perda de recursos em torno de quatro a cinco milhões de reais/mês. Fala que a
203 Secretaria Estadual tem hoje plena autonomia para implementar todos os seus projetos
204 porque quase todos os secretários municipais que estão na Bipartite são, segundo diz,
205 vinculados politicamente aos secretário estadual e ao governador do estado, e acrescenta
206 que haverá uma recentralização com os recursos retirados dos municípios em gestão
207 semiplena ficando na Secretaria Estadual podendo ser usados como instrumento
208 político-eleitoral. Diz que como conselheiro estadual solicitou à mesa diretora do CES
209 que pautasse a discussão da “Lei Robin Hood”, naquele Conselho e propõe que o CMS

210 encaminhe Ofício ao CES referendando essa solicitação. Surgiram dúvidas no plenário
211 sobre o tema em pauta e a secretária geral, Simone, esclarece que por serem questões
212 relacionadas entre si, os itens 2, 3 e 4 da pauta estão todos incluídos na presente
213 discussão. O conselheiro Boaventura, fala que o Conselho tem, na sua opinião, a
214 responsabilidade de fazer uma discussão profunda sobre o que ocorre hoje no Brasil.
215 Faz críticas ao governo FHC e conclama todos a irem para as ruas denunciar o que,
216 segundo diz, ainda está por acontecer inclusive com área de saúde. Acrescenta que é
217 necessário a reunião dos movimentos popular e sindical para partirem para o
218 enfrentamento com os projetos do governo federal. Informa que, além do ato
219 programado para amanhã, (05/12), haverá no dia 06/12, uma grande Conferência em
220 São Paulo, convocada pela CUT e movimentos sindical e popular para discutir um
221 projeto que se contraponha à política do governo e propõe que o CMS envie
222 representante. O conselheiro Eduardo, fala que concorda com Boaventura, de que é
223 preciso ir às ruas, mas entende que isso deve ser feito de todas as formas possíveis e diz
224 que nesse sentido está tramitando na Câmara Municipal uma moção que será
225 encaminhada a todos os órgãos e autoridades envolvidas pleiteando que seja colocada
226 em votação no Congresso, o mais rápido possível, a PEC 169 e reivindicando a sua
227 aprovação. Diz que a iniciativa se dá pelo entendimento de que é preciso ampliar a luta
228 em defesa da saúde no bojo da luta mais geral contra o neoliberalismo, o que, no seu
229 entendimento, representa fazer aumentar as pressões sobre os governos dos vários
230 níveis, assim como, os parlamentares, de modo a garantir que inclusive a Conferência
231 Metropolitana de Saúde, que será realizada no próximo ano, seja um fórum de qualidade
232 na defesa do SUS e da cidadania. Conclama o Conselho a participar da organização de
233 uma manifestação prevista para o dia 12/12, em Belo Horizonte, quando o presidente da
234 república deverá estar na cidade. A conselheira Simone, fala que considera preocupante
235 o fato de se perceber uma tendência a reconcentração dos recursos da saúde em mãos do
236 governo estadual. Pergunta ao Fausto Santos, qual a perspectiva de a SMSA conseguir
237 pagar os prestadores pelos serviços efetuados antes do corte ocorrido nos repasses da
238 União e explica sua preocupação pelo risco que, no seu entendimento, existe de que haja
239 atraso no pagamento o que, segundo diz, ocorria antes de o município assumir estes
240 pagamentos, gerando constantes ameaças de suspensão do atendimento por parte dos
241 prestadores. Fausto esclarece que o corte foi efetuado no final de Setembro e os serviços
242 daquele mês já tinham sido prestados. A providência que a Secretaria tomou foi
243 convocar os prestadores para comunicar que seriam efetuados cortes nos mesmos
244 índices aplicados pelo estado sobre o município, com a diferença de que a Secretaria
245 teve que assumir como uma dívida o valor cortado, já que o serviço tinha sido prestado.
246 Acrescenta que a expectativa da Secretaria é pagar tudo com o pagamento de novembro,
247 mas está iniciando um processo de restrições de serviços começando pela patologia
248 clínica e principalmente cirurgias eletivas que, segundo diz, trariam menos prejuízos à
249 população. Coloca sua opinião de que o ato programado para este dia 05/12, tem o
250 objetivo de denunciar os cortes e explicar para as entidades, parlamentares, conselhos,
251 universidades e para a sociedade como um todo, a realidade vivida pelo SUS/BH.

252 Informa sobre outras cidades brasileiras que enfrentam problemas pela redução dos
253 recursos da saúde e sobre a Programação que, segundo diz, foi fechada pelo estado à
254 revelia de grande parte dos municípios, desrespeitando a Programação Pactuada
255 Integrada prevista na NOB 01/96. A conselheira Rosalina, critica o que considera ser
256 omissão do CMS por não ter feito a discussão da NOB até ser, segundo diz, levado à
257 reboque pela Secretaria e atropelado pela conjuntura. Comenta que a NOB, na sua
258 opinião, é concentra excessivos poderes nas mãos dos secretários estaduais e pergunta
259 ao secretário-adjunto, Fausto Santos, se a Secretaria Municipal de Saúde não fez a
260 Programação do município ou se apenas não a submeteu ao Conselho conforme,
261 segundo diz, está estabelecido na NOB 01/96. Acrescenta que, caso a SMSA tenha
262 encaminhado a Programação à Secretaria Estadual sem antes submetê-la ao CMS, houve
263 um erro que deve ser corrigido. O conselheiro Paulo César, propõe que seja
264 encaminhado documento aos deputados Darcísio Perondi e Eduardo Jorge,
265 respectivamente relator e autor da PEC 169, demonstrando a inconformidade do
266 CMS/BH com relação a não votação da PEC na data prevista porque, segundo diz,
267 consta terem tomado a iniciativa de trabalhar no sentido de retirada da pauta de votação.
268 Comenta que a PEC tem sido fruto de uma luta muito ampla e diz que ela não é
269 propriedade de nenhum deputado e o risco de perder a votação não justificaria sua
270 retirada a não ser que a iniciativa partisse dos movimentos que a vinham defendendo.
271 Diz que ser uma representação política atuante, democrática e principalmente
272 progressista na defesa dos interesses da maioria das pessoas é, no seu entendimento, o
273 papel mais importante do Conselho e acrescenta que o CMS tem que ter posturas
274 políticas ofensivas no sentido de levar à toda sociedade o seu entendimento sobre o que
275 está ocorrendo no país que é, segundo diz, a deliberada política de não defender a saúde
276 pública em troca de um modelo mercantilizado, próprio do projeto neoliberal. Defende
277 ações efetivas a partir do ato programado para este dia 05/12, a participação do
278 Conselho na manifestação do dia 12/12 de uma Comissão do CMS em reunião
279 preparatória que a CUT realizará na terça-feira, para reivindicar que na manifestação a
280 questão da saúde seja destacada. O conselheiro distrital Pampulha, Elcio, diz que tomou
281 conhecimento do ato de amanhã (05/12) ao chegar à presente reunião não tendo visto
282 nenhuma divulgação do ato e reforça o que foi dito pelo conselheiro Paulo César sobre a
283 necessidade de participação do Conselho na manifestação do dia 12/12 e na reunião da
284 CUT. O participante Antônio Carlos, da comissão local de saúde do bairro União,
285 critica deputados que estão propondo aumentar verbas de subvenção social. Cobra dos
286 conselhos distritais e do CMS que considera estarem deixando de repassar informações
287 às comunidades. Defende que a PEC 169 seja votada imediatamente, para que não haja
288 utilização política, o que acredita poder ocorrer caso a votação fique para abril, já mais
289 próximo das eleições. A conselheira distrital Barreiro, Carmem, reforça a proposta do
290 conselheiro Paulo César, de se encaminhar documento de protesto pela retirada da PEC
291 169 da pauta de votação da Câmara e comenta que a PEC foi amplamente discutida na
292 região do Barreiro em todas as comissões locais, no conselho distrital, igrejas e
293 comunidades, além de encaminharem o abaixo-assinado com 4 mil assinaturas. Coloca

294 seu entendimento de que a não-votação da PEC representa uma desmoralização das
295 pessoas que lideraram todo o movimento em defesa de sua aprovação. Diz que todos
296 estavam cientes de que era muito difícil aprovar a PEC, critica o que considera falta de
297 articulação do movimento com as comunidades e comenta que não havia qualquer
298 informação sobre o ato programado para Brasília no dia previsto para a votação, 03/12.
299 O conselheiro Boaventura, diz que no debate ocorrido antes das eleições municipais
300 colocou sua opinião de que não acreditava que se eleito, o prefeito Célio de Castro seria
301 diferente dos outros governos e pergunta qual a diferença existente hoje no município
302 na área de saúde e no relacionamento com os servidores em relação a governos
303 anteriores. Fala da importância de se estabelecer o debate em torno dos governos de
304 esquerda que diz estarem reproduzindo as práticas da direita e se acomodando na
305 expectativa de alianças que lhes favoreçam alcançar o poder, achando possível
306 enfrentar dessa forma o neoliberalismo. A conselheira Geralda, analisa as lutas sociais e
307 critica o investimento feito pela prefeitura na mobilização em defesa da PEC. Questiona
308 as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para serem liberados quando participam
309 de movimentos em defesa dos interesses sociais e pergunta como iriam participar se os
310 administradores que também dizem estar defendendo os mesmos interesses lhes
311 dificultam a participação. Acrescenta que, se querem que as comunidades participem
312 dos movimentos de rua, terão que oferecer-lhes condições para tal, como transporte e
313 alimentação. O conselheiro distrital Nordeste Antônio Martinez, fala da situação da
314 PBH e diz que na regional Nordeste há poucos dias faltava até papel para xerox e
315 comunicação interna. Diz que fica sem coragem para mobilizar a população porque luta
316 e quando vem para as reuniões só ouve choro e lamentações. Comenta sobre cirurgia a
317 que sua esposa irá se submeter e diz que a informação dada pelo Fausto sobre restrições
318 às cirurgias programadas só aumenta seu desânimo. Critica as subvenções sociais dos
319 deputados, o 14º salário que, segundo diz, foi aprovado na Câmara Municipal para os
320 vereadores, o governador que dividiu o estado em regionais que diz ser para criar cabide
321 de emprego e o prefeito. O conselheiro e secretário-adjunto, Fausto Santos, diz que
322 concorda com Boaventura no diagnóstico que faz do neoliberalismo, mas discorda
323 quanto a forma de enfrentamento, por entender correta a busca de todos os setores
324 possíveis para viabilizar esse enfrentamento ao modelo neoliberal. Diz que o governo
325 Célio de Castro é aliado nessa luta e o demonstra colocando 16% do orçamento
326 municipal na área de saúde. Acrescenta, dentre outras avaliações, que acredita ter o
327 CMS maturidade suficiente para não se iludir com a idéia de que Belo Horizonte é uma
328 ilha e o prefeito Célio de Castro pode resolver todos os problemas do município.
329 Respondendo as questões colocadas, concorda com a Rosalina sobre o fortalecimento
330 dos estados na NOB 01/96 e diz acreditar que o que o Ministério vem fazendo é
331 justamente buscar uma aliança com os estados tentando isolar os municípios. Sobre a
332 PPI passar pelo Conselho, diz que o município está sendo obrigado a aceitar uma
333 Programação imposta pelo estado, acrescentando que a Programação ideal deve, no seu
334 entendimento, ser discutida pelo Conselho até no sentido de colocar qual a PPI que Belo
335 Horizonte quer. Se compromete a encaminhar à CTFCA a PPI que foi feita na Secretaria

336 para que seja analisada. Sobre a falta de divulgação do ato deste dia 05/12, esclarece que
337 o objetivo foi no primeiro momento atingir um público-alvo para em posterior
338 desdobramento vir a alcançar um público maior. Sobre a cirurgia eletiva, diz que,
339 enquanto gestor do sistema, não pode passar nenhum tipo de ilusão embora sua
340 intenção não fosse desanimar as pessoas. A conselheira Rosalina, fala que a Secretaria
341 executiva do Conselho não convocou o ato de amanhã (05/12) porque houve a
342 informação da SMSA de que do CMS só participaria do ato a mesa diretora. Propõe que
343 o Conselho denuncie publicamente a imposição da PPI pelo estado, assim como outras
344 questões que considera possíveis de chamar a atenção da imprensa e da população,
345 citando a divulgação pelo governo do estado nas contas da CEMIG da informação de
346 que o dinheiro repassado pelo Fundo Nacional de Saúde para Belo Horizonte é recurso
347 do estado, o que, na sua opinião, caracteriza propaganda enganosa que deveria ser
348 denunciada pelo Conselho. A secretária geral do Conselho, Simone esclarece o que
349 ocorreu na reunião da mesa diretora que definiu o ato e diz desconhecer que houvesse a
350 intenção de limitar a participação do Conselho aos membros da mesa. Comunica que os
351 conselheiros Leonardo e Magaly justificaram a ausência da presente reunião. O
352 conselheiro João Athayde, comenta a intervenção do conselheiro Paulo César e diz que
353 os conselheiros têm a obrigação de fazer uma leitura da crise econômica que atravessa o
354 país o que, na sua opinião, reflete na área de saúde. Fala do jornal da comunidade do
355 bairro Califórnia e de matérias que estão sendo publicadas no último número do jornal.
356 A conselheira distrital Noroeste, Maria do Carmo, faz uma análise da conjuntura atual
357 do país e conclama todas a participarem da manifestação do dia 12/12, levando cartazes
358 que lembrem ao presidente Fernando Henrique o compromisso que ele assumiu,
359 enquanto candidato, com a saúde. A secretária geral, propõe que seja escolhido o
360 representante do CMS na reunião do CODISAP. Foi escolhida a conselheira Maria
361 Josefina. Na seqüência, Simone inicia a leitura das propostas apresentadas solicitando
362 ao conselheiro Boaventura que esclareça sua proposta sobre o evento do dia 06/12, em
363 São Paulo. Boaventura, presta os esclarecimentos, informando que a CUT enviará 15
364 ônibus e está sendo cobrada uma distribuição de R\$ 10,00. Simone, propõe que seja
365 escolhido um representante do CMS no evento de São Paulo. Foi definido que a
366 representante será a conselheira Soraya Andréa. A segunda proposta, aprovada por
367 consenso do plenário, é de encaminhar aos deputados Eduardo Jorge e Darcísio Perondi
368 nota de protesto pela retirada da PEC 169, da pauta de votação do dia 03/12. Também
369 por consenso o plenário aprovou a proposta de encaminhar correspondência à bancada
370 progressista da Assembléia Legislativa sobre a PEC 169. Em seguida, foi tirada a
371 Comissão para participar na CUT de reunião preparatória da manifestação do dia 12/12.
372 Foram escolhidos os conselheiros Paulo César, Eduardo, João Athayde e Cristina. O
373 conselheiro Fausto Santos, propõe que a Comissão formada entre em contato imediato
374 com a Secretaria Executiva do Conselho e com a SMSA para que se promova a
375 divulgação em tempo hábil possibilitando a participação dos conselheiros distritais e
376 locais. A proposta de criação de fatos que mobilizem a imprensa foi aprovada por
377 consenso ficando a cargo da mesma comissão seu encaminhamento. A seguir Simone, lê

378 proposta da plenária de trabalhadores, da realização de reunião extraordinária no dia
379 18/12 para abrir uma discussão sobre o Decreto Nº 9394 e suas repercussões na saúde.
380 De acordo com a proposta, participariam da reunião, a Secretaria de Administração do
381 município, o coordenador de redações do trabalho da PBH, sindicatos e SMSA. O
382 conselheiro Eduardo, fala que a proposta de reunião extraordinária no dia 18/12 não
383 seria somente para discutir o decreto, mas também a questão da transferência do
384 Cardiominas para a Santa Casa proposta pelo conselheiro Jader. O conselheiro Rogério,
385 explica as razões pelas quais a plenária dos trabalhadores propôs a discussão do decreto
386 que trata da carga horária e jornada de trabalho dos servidores do município. O
387 conselheiro Fausto Santos, diz entender que, em uma única reunião não seria possível
388 colocar duas questões que, na sua opinião, demandariam um longo período de
389 discussão. O conselheiro Eduardo, propõe que o decreto 9394 seja discutido no dia
390 18/12, ficando a questão do Cardiominas para o próximo ano. O conselheiro Fausto,
391 coloca sua preocupação quanto aos objetivos da discussão do decreto, questionando
392 sobre o que o Conselho poderia deliberar em relação ao tema por ser referente a todo o
393 serviço público municipal. A conselheira Simone, fala do seu entendimento de que
394 mesmo não podendo deliberar sobre o assunto seria importante uma reflexão do
395 Conselho sobre o impacto desse decreto na saúde. O conselheiro João Athayde, defende
396 a manutenção na pauta da discussão sobre o Cardiominas. A conselheira Vera, fala que
397 o impacto do decreto na saúde já vem sendo discutido e, na sua opinião, havendo a
398 possibilidade de uma única reunião, a prioridade seria a discussão do Cardiominas. A
399 secretária geral, Simone, coloca em votação inicialmente a realização de reunião
400 extraordinária no dia 18/12. Com três abstenções, o plenário do CMS aprovou a
401 realização da reunião extraordinária. Em seguida, Simone consulta o plenário sobre a
402 necessidade de abrir para novos esclarecimentos sobre as propostas de pauta da reunião
403 extraordinária. Por consenso, o plenário deliberou por não haver novos esclarecimentos.
404 Em seguida, Simone, consulta o plenário sobre se haverá discussão dos dois pontos e
405 por consenso fica decidido que haverá um único ponto de pauta. Considerando como
406 proposta 1, a discussão do decreto e proposta 2, a discussão do Cardiominas, Simone
407 coloca em votação. A proposta 1 obteve 06 (seis) votos, a proposta 2, obteve 03 (três)
408 votos e houve 03 (três) abstenções, ficando deliberado portanto, que a reunião
409 extraordinária a ser realizada no dia 18/12, terá como ponto de pauta específico a
410 discussão do Decreto 9394, de 30/10/97. Simone, diz ser importante que na reunião seja
411 apresentado o parecer da CTRH e informações sobre as discussões que estão sendo
412 realizadas nos distritos. Informa que todos estão convidados a participar do ato
413 programado para este dia 05/12, às 15:00 horas, no auditório da Secretaria Municipal de
414 Saúde. Às 18:40 horas, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi
415 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do
416 Conselho e pela Secretária Geral.

417 Belo Horizonte, 04 de Dezembro de 1997.

418 OBS: Lembrando que não foi votada a ata do dia 30/10/97.

419 RFF/vld